

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS MIGGE DE BARROS

**O LIBERALISMO DAS SETE PROVÍNCIAS UNIDAS E A COLETÂNEA DE
GASPAR BARLÉU SOBRE O BRASIL HOLANDÊS (1630 - 1654)**

RECIFE

2023

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS MIGGE DE BARROS

**O LIBERALISMO DAS SETE PROVÍNCIAS UNIDAS E A COLETÂNEA DE
GASPAR BARLÉU SOBRE O BRASIL HOLANDÊS (1630 - 1654)**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial
para graduação no curso de Relações Internacionais,
sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Santiago.

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B2771 Barros, Matheus Migge de.
O liberalismo das sete províncias unidas e a coletânea de Gaspar
Barléu sobre o Brasil holandês (1630-1654) / Matheus Migge de
Barros. – Recife, 2023.
35 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Brasil holandês. 2. Revolução burguesa. 3. Liberalismo. 4.
Gaspar Barléu. I. Santiago, Rodrigo. II. Faculdade Damas da Instrução
Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2023.1-003)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS MIGGE DE BARROS

**O LIBERALISMO DAS SETE PROVÍNCIAS UNIDAS E A COLETÂNEA DE
GASPAR BARLÉU SOBRE O BRASIL HOLANDÊS (1630 - 1654)**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial
para graduação no curso de Relações Internacionais,
sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Santiago.

Aprovado em 26 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Pedro Gustavo Cavalcanti Soares, Doutor em Ciência Política pela UFPE

Rodrigo Santiago da Silva, Doutor em Ciência Política pela UFPE (Orientador)

RECIFE

2023

AGRADECIMENTOS

Faço meus agradecimentos ao meu orientador e ao meu co-orientador, Pedro Gustavo Cavalcanti Soares, pelo inestimável auxílio e suporte. À minha família, que muito se sacrificou em prol da minha formação e me ensinou todos os valores que me integram. À minha agora esposa, que me apoia a todo momento de mãos dadas. Dedico a dois falecidos avôs: Amaury Wenceslau, avô de sangue, que me plantou a semente do conhecimento na minha infância e a Mauricio Alves Camello, avô do coração, grande incentivador, pessoa que tinha imensurável paixão por Pernambuco e que infelizmente não pôde ver a conclusão deste trabalho em vida. Meu muito obrigado a todos.

RESUMO

O texto aborda brevemente os 24 anos da presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Discute os antecedentes históricos, os princípios econômicos, culturais e religiosos que circulavam nos Países Baixos do século XVII e que influenciaram pensadores do liberalismo político e econômico, como John Locke e Adam Smith. A Holanda passou por uma revolução burguesa que formou a primeira nação capitalista do mundo, vivenciando um período de estabilidade e efervescência econômica, cultural e científica. João Maurício de Nassau trouxe esses elementos para o Brasil, promovendo a tolerância religiosa, liberdade econômica e representatividade política. Através da revisão de literatura, incluindo uma breve discussão sobre o ponto de vista dos Países Baixos na obra de Gaspar Barléu, conclui-se que a presença batava no Brasil, particularmente no governo Nassau, foi uma extensão do Século de Ouro holandês no continente americano.

Palavras-chave: Brasil Holandês. Revolução burguesa. Liberalismo. Gaspar Barléu.

ABSTRACT

The text briefly discusses the 24 years of the presence of the West India Company in Brazil. It considers the historical background, the economic, cultural and religious principles that circulated in the 17th century Netherlands and that influenced thinkers of political and economic liberalism, such as John Locke and Adam Smith. The Netherlands went through a bourgeois revolution that formed the world's first capitalist nation, experiencing a period of stability and economic, cultural, and scientific effervescence. John Maurice of Nassau brought these elements to Brazil, promoting religious tolerance, economic freedom, and political representation. Through the literature review, including a brief discussion of the view of the Netherlands in the work of Caspar Barlaeus, it is concluded that the Batavian presence in Brazil, particularly under the Nassau government, was an extension of the Dutch Golden Age in the American continent.

Key-words: Dutch Brazil. Bourgeois revolution. Liberalism. Caspar Barlaeus.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 - O Brasil Holandês.....	8
2 - A união de Marte e Mercúrio.....	16
3 - A história contada pelos Países Baixos: a coletânea de Gaspar Barléu.....	22
Considerações Finais.....	29
Referências bibliográficas.....	31

Introdução

Dentre diversos elementos presentes no imaginário do povo pernambucano, poucos se destacam tanto quanto a afeição e a idealização sobre o período do domínio holandês. Com apenas vinte e quatro anos de duração (1630-1654) e mesmo passados quase quatro séculos, deixou uma associação identitária única em comparação à colonização do restante do país (TAVARES, 2015). Gilberto Freyre (2013, pp. 94-95) traz um dos melhores resumos sobre a transformação que Recife, a capital da Nova Holanda, viveu:

[...] o Recife, simples povoado de pescadores em volta de uma igreja, e com toda a sombra feudal e eclesiástica de Olinda para abafá-lo, se desenvolvera na melhor cidade da colônia e talvez do continente. Sobrados de quatro andares. Palácios de rei. Pontes. Canais. Jardim botânico. Jardim zoológico. Observatório. Igrejas da religião de Calvino. Sinagoga. Muito judeu. Estrangeiros das procedências mais diversas. Prostitutas. Lojas, armazéns, oficinas. Indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical. Fora esta a primeira grande aventura de liberdade, o primeiro grande contato com o mundo, com a Europa nova – burguesa e industrial – que tivera a colônia portuguesa da América, até então conservada em virgindade quase absoluta.

O auge deste desenvolvimento está associado à atuação do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que ocupou o cargo de governador, capitão e almirante general do Brasil em nome da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* ou WIC) durante 1637 a 1644. Era um funcionário da companhia, recebia salário, mas governou como nobre. A empresa responsável pela investida militar, administração política e monopólio do comércio na colônia, que financiou a empreitada holandesa no Brasil, difere muito do modelo colonial português daquela época, com características bastante modernas e impressionantes para o século XVII. Como conta Lima e Silva (2012, p. 141): “[...] pela primeira vez na História, uma organização empresarial assume as funções de Estado ao guerrear com outros países, [...] objetivando as conquistas de novos territórios, além mares do Atlântico, em busca de lucros comerciais para seus investidores”.

A WIC era uma sociedade de capital aberto, que recebia investimentos de financiadores de diversos países com suas ações negociadas na bolsa de valores de Amsterdã. Quando se lê frases nos noticiários da era intensamente globalizada de hoje, como a que “o mercado financeiro reagiu mal” a um determinado fato ocorrido em outra parte do mundo, certamente não se imagina que essa já era uma realidade vivida pela Holanda de quase quatro séculos atrás. Azevedo (2021) conta que em 1650, mais da metade da sua população já vivia nas cidades, que só veio a acontecer no Brasil, por exemplo, na década de 1970. Foi a época do que foi considerado como o Século de Ouro holandês no comércio, nas artes, na ciência e na tecnologia. Segundo Zumthor¹ (1989, *apud* MELLO, 2006, p. 26), “telescópio, microscópio, termômetro, barômetro, relógio de pêndulo, cálculo logarítmico,

¹ ZUMTHOR, Paul. A Holanda no tempo de Rembrandt. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

integral e diferencial”): tudo isso foi criado por neerlandeses deste período.

Esta pesquisa busca discutir brevemente sobre como, num período histórico de ducados e reinados, Estados Nacionais em ascensão, grandes navegações e descobrimentos, uma empresa privada galgou a proeza de mobilizar homens, capital e poderio militar ao ponto de tomar para si um grande território ultramarino da maior monarquia daquele tempo. O primeiro capítulo discorre sobre os aspectos, precedentes e desdobramentos do Brasil Holandês, que marcou particularmente a história da cidade do Recife. Sempre que possível, como um esforço na reconstrução do passado material, é trazido ao texto informações sobre os locais em que essa história acontece e onde seus vestígios podem (ou não) ser encontrados nos dias atuais. O segundo capítulo trata dos aspectos históricos, políticos e econômicos vivenciados nos Países Baixos do século XVII, trazendo um pequeno paralelo com princípios teorizados por John Locke, do liberalismo político, e Adam Smith, do liberalismo econômico. O terceiro capítulo aborda aspectos sobre a comitiva científica e artística trazida por Nassau e uma rápida leitura da obra *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...] de 1647*, escrita por Gaspar Barléu. O historiador, teólogo e poeta renascentista foi contratado por Maurício de Nassau em Amsterdã, logo após seu retorno à Holanda, para reunir em um livro os principais feitos de seu governo no Brasil. O escritor nunca esteve no continente americano, mas através de documentos, mapas, gravuras e relatos dos que estiveram, imortalizou para os dias de hoje as primeiras impressões dos neerlandeses no Novo Mundo. Também nos mostra um registro precioso do ponto de vista da Holanda sobre pontos abordados nesta pesquisa: seja nos principais feitos do governo de Nassau no Brasil ou na fundamentação da guerra contra a coroa espanhola, da conquista do mundo através das companhias de comércio e do direito à liberdade e propriedade.

1 - O Brasil Holandês

No início do século XVII, Espanha e Portugal eram uma coisa só. A terra de Camões havia passado por uma crise na linha sucessória em sua coroa, com o desaparecimento do então rei Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir² de 1578. O parente mais próximo para assumir o trono era seu tio de primeiro grau, que era simplesmente o rei da Espanha, Felipe II, da Casa dos Habsburgos. Jacqueline Hermann (2005) conta que como uma tentativa de resistir à união das duas monarquias sob comando do reino de Castela e a uma consequente perda de soberania portuguesa para os espanhóis, quem assume é o seu tio-avô de D. Sebastião, o velho Cardeal D. Henrique. Para o pesar

² Também conhecida no mundo mulçumano como *a batalha dos três reis*, pois desaparecem em combate não somente Dom Sebastião, como também os dois xerifes marroquinos que disputavam a região (HERMANN, 2005).

do povo português³, ele morreu apenas dois anos depois e no mesmo ano de 1580, o rei da Espanha, Felipe II, é coroado como Felipe I em Portugal. Assim se dá o início da União Ibérica, a “união entre as duas Coroas, [...] para os espanhóis, e à dominação filipina para os que não se conformavam com a submissão, que se manteria até 1640” (*Ibid.*, p. 341). Segundo Megiani, Pérez e Silva (2016, p. 7, grifo do autor):

O império de Felipe II, já muito extenso depois das incorporações americanas, convertia-se numa estrutura de dimensões “globais”, nos termos de hoje, “universal” como diziam os homens da época. O conjunto passaria a ser conhecido como “Monarquia Católica”, ou seu sinônimo, “Monarquia Universal”, a grande defensora da fé católica frente aos seus dois maiores inimigos: o Islã e os rebeldes protestantes.

A *Monarquia Universal* se configurou no controle das vastas possessões europeias da Casa de Habsburgo, além de áreas ultramarinas espalhadas em todo o globo, na América, África e Ásia. Cardoso (2011) explica que durante as primeiras décadas do século XVII, a burocracia luso-espanhola teve como principal objetivo assegurar o controle dessas regiões além mar, constantemente ameaçadas pelos concorrentes oceânicos: França, Inglaterra e principalmente a Holanda. Embora esta fizesse parte do gigantesco império espanhol, tornou-se a principal rival da coroa após uma rebelião que durou décadas e resultou na sua ascensão como a nação mais próspera do século.

Diferentemente de Portugal, no século XVI ainda não podemos nesta época falar dos Países Baixos como um Estado unificado e conciso: na realidade, a região que compreendia a Bélgica, Holanda, Luxemburgo e parte da Alemanha e França, fazia parte de um bloco de ducados e principados unidos sob a governança, desde a Idade Média, da Casa de Borgonha e posteriormente da Casa Austríaca dos Habsburgos⁴. Anderson de Araújo (2010) e Evaldo Cabral de Mello (2000) pontuam que, se tratando do território neerlandês, é possível observar dois povos de mesma origem, língua e cultura em comum, mas que depois da reforma protestante, se tornaram opostos política e religiosamente. Temos ao sul os *flamengos*, naturais de Flandres, na atual Bélgica, leais à Espanha e de forte influência católica. Já no norte do território neerlandês, temos os *holandeses* propriamente ditos, naturais da principal província do norte dos Países Baixos, de orientação protestante, calvinista e conseqüentemente, com fortes aspirações econômicas liberais. A partir da ascensão de Felipe II em 1556, as distinções⁵ entre o povo de Flandres e da Holanda vão ficar ainda mais evidentes: o rei

³ A situação da sucessão do trono português era tão delicada, que fez surgir, principalmente nas camadas mais populares portuguesas, um movimento messiânico: os sebastianistas. Estes se recusaram a acreditar na morte do rei desaparecido, e seguiram por séculos associando-o à profecia bíblica da chegada do rei Encoberto (*Ibid.*; STEPHENS, 1903)

⁴ Desde que o império ainda estava nas mãos do pai de Felipe II, Carlos V enfrentou dificuldade em governar um território tão grande, em que, “não se tinha o controle sobre as terras na Europa, e sofria-se grande pressão por parte dos outros Estados no próprio continente. E a partir daí é gerado um descontentamento generalizado no interior e no exterior do império, gerando conflitos e dissoluções” (ARAÚJO, 2010, p. 4).

⁵ Importante salientar que apesar desta distinção, “[...] os documentos portugueses relativos ao Brasil, dos séculos XVI e XVII, mencionam frequentemente ‘flamengos’ para designar os naturais das Províncias Unidas.” (MELLO, 1987, pp.

espanhol, educado sob os princípios católicos, atuou com pulso forte em torno da questão protestante no interior do império e “[...] não só interveio em questões religiosas como também cortou privilégios da alta nobreza” (GESSAT, 2015). O estopim da insatisfação do norte foi na criação de novos impostos e no envio de tropas espanholas em terras neerlandesas, que culminaram em uma revolta em 1561. Foi em 1579 as províncias calvinistas-burguesas do norte se separam das do sul, criam sua própria união: a República Unida da Holanda⁶. A partir de então, nos anos que se seguem, o principal porto e centro econômico da região passa da Antuérpia para Amsterdã e cada vez mais burgueses e simpatizantes dos ideais calvinistas migram do sul para o norte (ARAÚJO, 2010, p. 7):

[...] os interesses econômicos em busca do lucro, estão acima dos ideais de defesa da nação recém construída, visto que comerciantes da cidade de Amsterdã, durante e após as guerras de religião, vendem material bélico para a Espanha e para a França, grandes inimigas das Províncias Unidas. A Monarquia fundada pela casa dos príncipes de Orange conduz os holandeses à unidade, e consequentemente a noção de defesa nacional, porém, em nada a monarquia poderá fazer para frear o liberalismo econômico presente principalmente nas sociedades de ações que permitiam a participação de todo e qualquer comerciante, inclusive daqueles comerciantes advindos de países declarados inimigos da nação holandesa.

Os holandeses já tinham grande desenvolvimento quando o assunto era o mar: eles já eram exímios pescadores de arenques, e com o aprofundamento de suas atividades comerciais, eles se especializaram na construção de barcos específicos para cada atividade e até conseguem superar em larga escala o desenvolvimento tecnológico de navegação das naus portuguesas. Araújo (2010) explica que a Holanda até descobriu a localização das feitorias e postos comerciais europeus no Novo Mundo, através do fretamento de seus navios para o transporte de mercadorias provenientes da América. Mais ainda: durante a guerra contra a Espanha, a Holanda usava da estratégia de interceptar todo e qualquer navio inimigo localizado em qualquer mar do planeta. Ao fazerem isso na rota América-Europa, porém, eles puderam colocar as “[...] suas mãos sobre os preciosos baús de ouro e prata espanhóis extraídos das minas sul-americanas” (*Ibid.*, p. 14).

Essa oportunidade de conseguir riquezas rápidas no oceano Atlântico encantou os burgueses da Holanda: estes começaram a organizar pequenas frotas dedicadas à pirataria e depois surgem as companhias comerciais dedicadas à colonização holandesa. No começo do século XVII, é fundada a Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie* ou VOC). Ela funcionava como uma sociedade de ações com monopólio do comércio e da colonização na Ásia outorgados pelo governo holandês. Em 1621, seguindo estes mesmos moldes, comerciantes calvinistas vindos do sul dos Países Baixos fundam na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische*

11-12). Dessa forma, muitos textos historiográficos vão utilizar o termo “flamengos”, se referindo aos flamengos e holandeses com uma unidade (ARAÚJO, 2010).

⁶ Isso foi na prática uma separação da Espanha, mas o reconhecimento da coroa só veio depois: essa ruptura perdurou até a assinatura do Tratado de Paz de Vestfália em 1648, quando a Espanha reconhece a soberania das República das Sete Províncias Unidas do norte (GESSAT, 2015).

Compagnie ou WIC), para as operações nas Américas e costa ocidental da África (MELLO, 2010). O Brasil, e em particular, o Nordeste, chamaram atenção dos diretores da Companhia por alguns motivos. Primeiro, pela estimativa de lucros no comércio de açúcar e pau-brasil: falava-se em uma quantia de no máximo 2,5 milhões de florins para a conquista, que renderia anualmente algo em torno de 8 milhões de florins. O segundo motivo é militar: a América portuguesa, diferente da espanhola, tinha núcleos de população que situavam-se ao longo de um território litorâneo, no alcance do poder naval holandês. O terceiro motivo, não menos importante, estava na posição estratégica que o Brasil poderia proporcionar como base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente e na proximidade das minas de prata do Peru.

Evaldo Cabral de Mello (2010) e Leonardo Dantas Silva (2011) explicam que Salvador, então capital da América portuguesa, foi o primeiro alvo de um plano que incluía posteriormente tomar Pernambuco, que tinha Recife e Olinda como principais núcleos de povoamento. Sobre esta última, Silva (2004 e 2011) conta que era uma das vilas mais abastadas da América portuguesa, enquanto o Recife, surgiu como um pequeno povoamento de pescadores e navegantes em volta da ermida⁷ de São Frei Pedro Gonçalves, por eles denominada de Corpo Santo. Protegido das ondas do Atlântico pela muralha de arrecifes, o Recife era um porto natural que abrigava navios que escoavam a produção de açúcar e demais produtos para a Europa. O açúcar, aliás, foi um grande chamariz para o interesse de corsários e piratas holandeses, franceses e ingleses: nesta época a capitania contava com a produção de 121 engenhos.

Depois da tentativa frustrada de tomar a Bahia, uma formidável esquadra chega na costa de Pernambuco, iniciando o Brasil Holandês em 1630. Harllel da Silva (2004) conta que os holandeses, encontrando estruturas de defesa defasadas⁸ contra o poderio militar da WIC, primeiro tomaram o forte de Diogo Paes⁹ e dele, derrubaram os fortes de São Jorge¹⁰ e do Picão¹¹. Não suportando os ataques vindos da terra e do mar, as tropas luso-brasileiras retiram-se para o interior, montando bases

⁷ “A essa igreja, os mareantes deram o nome “Santelmo”, santo que eles invocaram, quando, nos temporais, segundo os próprios marítimos, o fogo elétrico em chamas azuladas lhes aparecia nos mastros dos navios” (VIANA, 1959). A vila estava situada onde hoje se encontra o bairro do Recife Antigo, porém numa faixa de terra muito mais curta da encontrada hoje, que adquiriu o tamanho atual depois de diversos aterramentos ao longo da história.

⁸ O estado dessas estruturas não era dos melhores, e foram projetados com concepções de defesas ultrapassadas para o poderio que a WIC dispunha. As primeiras fortificações do Brasil tinham finalidade dupla de proteger de ataques dos nativos e de ataques vindos pelo mar. A arquitetura delas considerava o poder de fogo inimigo limitado basicamente a armas brancas, armas de arremesso, arcos flecha e bestas (BARTHEL, 2014; DA SILVA, 2004). Os holandeses, porém, contavam com diversos canhões, espingardas e mosquetes (SILVA, 2011). Para conhecer mais detalhadamente sobre as concepções arquitetônicas utilizadas nos fortes construídos pelos portugueses e holandeses, consultar as duas primeiras fontes citadas.

⁹ Ainda estava em construção e depois viria a se tornar o atual Forte do Brum (MUSEU, [s.d.]).

¹⁰ Ficava onde hoje se encontra a Igreja do Pilar (VAINSENER, 2003).

¹¹ Era localizado próximo ao atual farol do Recife. É representado nos brasões da cidade e do estado de Pernambuco (RIBEMBOIM, [s.d.]).

no chamado Arraial do Bom Jesus¹², que ainda resistiu por cinco anos. Após constatarem a dificuldade de defesa em Olinda¹³, os holandeses a incendeiaram e se estabelecem no Recife, resultando numa escassez de moradias: “Uma população enorme, calculada em mais de 7.000 pessoas, teve de se comprimir no Recife e em Antônio Vaz¹⁴ [...]” (MELLO, 1987, p. 48). Uma vez estabelecidos, depois que a notícia da tomada de Pernambuco ecoou na Europa como uma boa nova, pessoas de diferentes nacionalidades foram atraídas para tentar sua sorte no Brasil. Segundo Silva (2011, p. 95):

[...] afluíram para Pernambuco gente das mais diversas nacionalidades, que vinham para cá atuar como funcionários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais ou como soldados mercenários dos seus exércitos. O Recife de então se transformou numa verdadeira Torre de Babel. Suas ruas, praças, templos e bodegas foram tomados por holandeses, noruegueses, belgas, flamengos, ingleses, alemães, escoceses, dinamarqueses e judeus; estes últimos divididos em sefardins, oriundos da Península Ibérica, e askenazins, procedentes do norte da Europa.

Gaspar Barléu¹⁵ (1647 *apud* SILVA, 2011), renomado humanista flamengo deste período, conta que centenas de judeus vieram fixar residência em Pernambuco e demais capitânicas do Nordeste, graças principalmente à tolerância religiosa garantida nos domínios dos Países Baixos. Já aqueles que previamente habitavam a América portuguesa, livres do domínio da Espanha e do Tribunal da Inquisição, passaram a se associar abertamente. No Brasil eles se estabeleceram no ramo do comércio, principalmente no tabaco e açúcar, chegando até alguns deles possuir engenhos, trabalharem na cobrança de impostos, empréstimo de dinheiro e venda de escravos: na Rua dos Judeus¹⁶ funcionava um mercado de escravos, o *Merkt opt Jodenstraat*. Nessa mesma rua, foi construída a *Kahal Zur Israel*¹⁷, a primeira sinagoga das Américas. Schalkwijk¹⁸ (1986 *apud* SILVA, 2011), destaca que os judeus chegariam a gozar de uma liberdade não encontrada em lugar algum naquele período, nem mesmo em Amsterdã.

Em 1635, após a WIC encontrar uma situação desoladora de desorganização na administração

¹² Onde hoje é a Estrada do Arraial, ocupando parte do atual Sítio da Trindade (SILVA, 2011).

¹³ Foi escolhida como capital da capitania por Duarte Coelho devido sua localização estratégica para defesa: do alto de sua torre era possível observar toda a planície fluviomarina (SILVA, 2011). Curiosamente, os holandeses consideraram essa característica geográfica com um dificultante para defesa e por isso preferiram Recife para montarem suas bases (DA SILVA, 2004)

¹⁴ Se referindo aos atuais bairros do Recife Antigo e de Santo Antônio.

¹⁵ BARLEUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

¹⁶ Se situava na atual Rua do Bom Jesus, no bairro do Recife Antigo (SILVA, 2011).

¹⁷ Que após a expulsão dos holandeses, passou por várias modificações ao longo dos séculos, mas em 2001 foi reinaugurada como patrimônio histórico da cidade do Recife, retratando a trajetória da primeira comunidade judaica das Américas (MENEZES, 2015). Para conhecer mais detalhadamente esse processo de resgate, inclusive com reconstituições da fachada original não só dos prédios da sinagoga, como dos prédios que compõem a antiga Rua dos Judeus, consultar a obra citada: foi escrita pelo próprio arquiteto que assinou o projeto de requalificação da *Kahal Zur Israel*, também profundo conhecedor do Brasil Holandês.

¹⁸ SCHALKWIJK, Frans Leonard. Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

local do Brasil, foi acordada a criação de um Governo Geral e um jovem oficial de cavalaria, o conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen, de 32 anos, foi convidado para ocupar o cargo de Governador Geral. Nobre com formação militar e apreciador das artes e ciências, ela estava construindo uma residência¹⁹ luxuosa em Haia e precisava de recursos. Em sua viagem ao Brasil, o conde reuniu uma equipe notável de especialistas em diversos campos do conhecimento, que contribuíram para um abrangente levantamento artístico, paisagístico, cartográfico e científico desta região do Novo Mundo no século XVII (SILVA, 2011). Segundo Mello (2010, p. 131):

Nassau fez-se acompanhar ao Brasil de uma comitiva de pintores e cientistas, pagos do seu bolso, com o objetivo de documentar a vida na colônia, suas raças, sua flora e sua fauna: o médico Willem Piso, o paisagista Frans Post e o retratista Albert Eckhout. A eles, se juntaria depois [o astrônomo e naturalista] Georg Markgraf.

Após sua chegada em 1637, Nassau buscou garantir a segurança da colônia, eliminando as milícias luso-brasileiras remanescentes. Depois se voltou à economia: leilou 65 engenhos abandonados, que foram adquiridos inclusive por judeus. Através de empréstimos da WIC, ele financiou a compra de escravos e a restauração das instalações físicas, o que resultou em um período de prosperidade e aumento nas exportações dos portos do Brasil Holandês (SILVA, 2011). Nassau também promoveu mudanças significativas na vida cotidiana da colônia, garantindo liberdade religiosa e buscando uma representatividade política inédita: incluiu diferentes grupos sociais na administração local do Brasil Holandês, estabelecendo câmaras municipais conhecidas como Câmara dos Escabinos (MESEL, 2011).

Quanto ao problema de habitação do Recife, que devido à falta de espaço para a densidade de habitantes já tinha os preços de aluguéis mais altos do que em Amsterdã, ele se dedicou à construção de uma nova cidade na ilha de Antônio Vaz. A *Mauritsstad*, ou Cidade Maurícia, “[...] foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos Países Baixos, de raízes sociais, onde a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo” (MENEZES, 2015, p. 83). Seguindo um plano de urbanização definido, contemplando ruas, praças, mercados, canais, jardins, saneamento e pontes, Nassau transformou completamente a paisagem urbana daquele período.

Entre 1643 e 1644, três pontes foram construídas sobre o rio Capibaribe, um feito impressionante para a época. Concluiu a ponte entre o Recife e a Cidade Maurícia, investindo inclusive recursos pessoais²⁰. Foi responsável por um projeto de saneamento básico e na criação de

¹⁹ Essa residência existe até os dias de hoje e ficou conhecida como Palácio de Açúcar, devido ao custeio dela ter sido provido do açúcar brasileiro (MESEL, 2011). Atualmente abriga o museu Mauritsshuis, que possui diversas coleções de arte, dentre elas, a *Moça com o Brinco de Pérola* de Johannes Vermeer.

²⁰ A inauguração da ponte ainda é lembrada na memória coletiva do povo recifense: para atrair público, ele prometeu fazer um boi voar. Na festa, um boi manso foi levado ao topo da galeria e, em seguida, um boi empalhado foi suspenso por cordas, criando a ilusão de que ele estava voando de um lado para o outro da ponte (SILVA, 2011; PUNTONI, 2012)

um grupamento de bombeiros²¹. Construiu o primeiro observatório astronômico do continente americano²², onde Georg Marcgrave escreveu sobre um eclipse solar ocorrido em 1640. Mello (1987) e Silva (2011) contam também que é desse tempo a construção da igreja dos Calvinistas Franceses²³ projetada por Pieter Post, do forte das Cinco Pontas, do Palácio da Boa Vista²⁴ e do Palácio de Friburgo²⁵, também chamado de Palácio das Torres. Neste último, local onde o Nassau fixou moradia, foi construído um segundo observatório astronômico e um horto zoobotânico, com um grande jardim, pomar, onde também eram criados animais diversos, e dois grandes açudes para criação de peixes em cativeiro: se tornou um verdadeiro laboratório para os membros da comitiva de Nassau, que escreveram várias obras sobre a natureza da colônia, detalhados levantamentos cartográficos da região e retrataram em centenas de gravuras e pinturas a fauna e flora, os nativos e as paisagens urbanas e rurais do Novo Mundo.

Em 1640, a restauração do trono português pela dinastia da Casa dos Braganças e aclamação do rei D. João IV dá fim à União Ibérica, que gera novos contornos ao Brasil Holandês. Portugal, agora independente, procurou a paz com os inimigos da Espanha, principalmente a Holanda, já consolidada nesse momento como a soberana dos mares. Silva (2011) conta que as hostilidades só cessaram após uma trégua de dez anos, firmada no Tratado de Haia em 1641, que fez despencar as ações da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais, além de tirar uma importante fonte de lucros para a WIC: a *guerra de corso*²⁶. Neste período, no Brasil, houve inundações e uma epidemia de varíola que prejudicaram a produção do açúcar, que chegou na sua menor cotação. Nassau reclamou da falta de apoio e recursos de Amsterdã. Os diretores da Companhia, porém, estavam insatisfeitos com fracasso do Conde em conquistar minas no Chile e com seus gastos com projetos urbanísticos ambiciosos: exigiam também a imediata cobrança das dívidas dos produtores de açúcar, que até então tinham sido cobradas com muita moderação por Nassau (MESEL, 2011; SILVA, 2011). Com o deteriorar das queixas mútuas, em 1644, mesmo com forte clamor popular para sua permanência no Brasil, Nassau entrega o cargo e retorna à Europa, numa despedida carregada de homenagens, reconhecimentos e saudades. “Pernambuco viera a exercer um fascínio todo especial sobre o Conde de Nassau, que passou a ser conhecido pelo apelido de *o Brasileiro*” (SILVA, 2011, p. 229, grifo do

²¹ Há inclusive uma referência a data de fundação desse grupamento no atual brasão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. A *Companhia Brantmeesters*, fundada em 1636, foi o primeiro agrupamento de extinção de incêndios do continente americano (HISTÓRIA, 2013).

²² Localizado onde hoje existe um prédio de número 61, na esquina da Rua do Imperador com a 1ª de março (PRIMEIRO, 2022).

²³ Convertida na atual Igreja do Divino Espírito Santo (BARBOSA, 2010).

²⁴ Com parte do seu torreão central ainda hoje existente, incorporado ao Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife (GASPAR, 2004b).

²⁵ Que ocupava onde hoje é a Praça da República e parte do Palácio do Campo das Princesas (*Id.*, 2004a).

²⁶ “Modalidade de guerra que consistia na investida de navios armados contra navios mercantes para apreender mercadorias” (CORSO, [s.d.], n.p.).

autor).

Restou à população das capitanias ocupadas pelos holandeses um sentimento de descontentamento e saudosismo. Os senhores de engenho, grandes devedores da Companhia, lideraram a partir de 1645 a Insurreição Pernambucana em busca da libertação do domínio holandês, sem envolvimento inicial de Portugal. Liderados por nomes como João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Dom Filipe Camarão, Henrique Dias, além de um homem da confiança de D. João IV, escolhido para chefiar as forças luso-brasileiras, Francisco Barreto de Menezes, os insurgentes venceram batalhas importantes, que deixaram os holandeses sitiados em Recife (BOXER, 1961; MELLO, 2010; SILVA, 2011). Em 1649, os luso-brasileiros vencem as históricas Batalhas dos Guararapes²⁷. Após isso, novas conjunturas geopolíticas na Europa enfraqueceram a Holanda, a levando inclusive à declaração de guerra contra a Inglaterra em 1652:

A hegemonia holandesa começou a ruir quando, em meados do século XVII, as demais potências regionais passaram a pôr em prática políticas protecionistas. Como resultado da revolução burguesa na Inglaterra, Oliver Cromwell estabeleceu os Atos de Navegação em 1651 (seguido de vários outros atos de navegação no restante do século), que garantiam o mercado inglês à burguesia comercial inglesa, na medida que proibia que mercadores estrangeiros trouxessem mercadorias de outros países, assim um mercador só poderia comercializar produtos de seu próprio país (SICHELERO, 2021, p. 8).

Portugal se uniu aos insurgentes e utilizou a frota da Companhia de Comércio do Brasil²⁸ para retomar Recife somente em 1654. Os judeus residentes no Recife foram obrigados a liquidar seus negócios e deixar o país. “Estava terminado para os judeus o sonho de um viver melhor. Uma cena que se repete num ritmo trágico ano após ano” (MENEZES, 2015, p. 100). Wiznitzer²⁹ (1960 *apud* SILVA, 2011) conta que depois de retornarem à Europa, por não encontrarem meios de subsistência, alguns desses judeus voltaram ao Novo Mundo e fundaram comunidades judaicas no Caribe, enquanto outros foram para a América do Norte e estabeleceram a comunidade *Shearith Israel*³⁰ em uma colônia fundada pela WIC, que posteriormente se tornou Nova York (ARAÚJO, 2010).

Silva (2011) e Mello (2010) contam que após a reconquista de Pernambuco, Portugal e os Países Baixos entraram em um conflito diplomático sobre as negociações de paz e Portugal acabou

²⁷ A vitória da segunda Batalha dos Guararapes foi atribuída a Nossa Senhora dos Prazeres. Por este reconhecimento foi erguida em 1656 por Francisco Barreto de Menezes, então governador de Pernambuco, uma igreja, ainda hoje existente, dedicada à padroeira. Diversas pinturas também foram feitas ao longo dos séculos XVIII e XIX retratando os feitos dos luso-brasileiros para as próximas gerações (SILVA, 2011). “A Insurreição Pernambucana é considerada pela corrente historiográfica militar tradicional brasileira como o primeiro movimento patriótico do Brasil [...]” (RECIFE, 2019, n.p.).

²⁸ Companhia criada em 1649 em Portugal para efetiva proteção dos navios mercantes que faziam a rota do Brasil e tinha os mesmos moldes de formação das duas companhias holandesas: foi financiada por capital aplicado de judeus sefarditas estabelecidos na França, na Alemanha e até mesmo dos Países Baixos, além de ricos cristãos-novos em Portugal, que receberam garantias do Rei de Portugal de que não teriam suas propriedades e capitais confiscados pela Santa Inquisição (MELLO, 2000 *apud* SILVA, 2011).

²⁹ WIZNITZER, Arnold. Os judeus no Brasil colonial. São Paulo: EDUSP, 1960.

³⁰ Congregação ainda hoje existente, com sinagoga localizada na 70th Avenue com a Central Park Avenue, Nova York. (RABINO, 2000). Para mais detalhes sobre a trajetória dos judeus sefarditas até o Novo Mundo, consultar o documentário de Katia Mesel (2011).

cedendo à compensação financeira exigida pelos Estados Gerais. Em 1661, a ascensão de Carlos II ao trono da Inglaterra fortaleceu Portugal, pois ele se casou com a princesa portuguesa Catarina de Bragança: em troca do dote dela, Carlos II deveria manter tropas inglesas para defesa de Portugal e só deveria selar paz com a Espanha com a inclusão do país na negociação. Foi acertado o pagamento de 4 milhões de cruzados³¹ em prestações ao longo de 16 anos. Boxer (1961 *apud* SILVA, 2011) conta que o Fintas da Rainha foi um imposto criado pela coroa especificamente para cobrir a indenização e o dote de Catarina, do qual metade do montante seria arrecadado do Brasil. Só que, mesmo passado os 16 anos do tratado, o imposto continuou a ser cobrado dos brasileiros: “Continuou até 1830. Assim era a vida no Brasil-Colônia, que pagou até pelo casamento da princesa, por quase duzentos anos - quando a noiva que dera causa a tal imposto, já havia desaparecido da face da terra há uns cento e cinqüenta” (ZISMAN, 2006, p. 310). A WIC ainda permaneceu em atividade por alguns anos, porém sem vigor financeiro devido a crescentes dívidas, em 1674 precisou ser reformulada para se tornar uma organização muito menor (HEIJER, 2005).

2 - A união de *Marte e Mercúrio*

Segundo Azevedo (2021) e Sichelero (2021), não só a história das companhias comerciais holandesas, bem como a história da própria Holanda enquanto nação, nas suas transformações econômicas e sociais, compartilham de uma forte influência do espaço geográfico em que os neerlandeses ocupavam.

Os povos que habitavam os Países Baixos são originários dos batavos, tribo céltica descrita por Júlio César como uma das mais ferozes da Gália, que já tinham longa tradição na confecção de produtos têxteis quando foram integradas ao mundo romano (AZEVEDO, 2021). Na Idade Média, a produção têxtil continuou sendo a principal força motriz da região, mas a dificuldade de expansão de rebanhos pela sua extensão territorial abaixo do nível do mar fez os neerlandeses dependerem da lã britânica. Seu território pequeno, repleto por uma rede de rios e canais fluviais permeia à uma ocupação populacional de alta densidade, profundamente urbana: desde o período medieval, já cerca de metade de toda população das Províncias Unidas vivia nas cidades (FIORI³², 2012; BRAUDEL³³, 1967; TENENTI³⁴, 1997 *apud* SICHELERO, 2021). Esse teria sido um fator pujante para transformar as pequenas Províncias Unidas em áreas super urbanizadas e super organizadas,

³¹ O correspondente a 650 milhões de dólares americanos no câmbio de 1998 (MELLO, 1998 *apud* SILVA, 2011).

³² FIORI, J. L. Milagre econômico holandês. Valor Econômico, 23 de maio de 2012.

³³ BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1967]. Vol. 3: O Tempo do Mundo.

³⁴ TENENTI, Alberto. De las revueltas a las revoluciones. Barcelona: Crítica, 1999 [1997].

diferentemente do resto da Europa (BRAUDEL, 1967 *apud* SICHELERO, 2021).

É ainda na Idade Média que se inicia um movimento coletivo na construção de diques³⁵: o que inicialmente serviu para a proteção contra enchentes e ataques estrangeiros, principalmente dos vikings, propiciou uma “[...] espécie de revolução agrária que teria consequências permanentes na história do território” (AZEVEDO, 2021, n.p). As novas terras, outrora inundadas, eram de difícil manejo e requeriam uma mão de obra altamente especializada para o trabalho. Essa importância de pessoas capacitadas terminou por impedir o domínio dos senhores feudais sobre a terra, quebrando o paradigma feudal europeu de então. Fez também com que estes fossem donos das suas próprias terras, e que quando não, eram contratados pelos proprietários delas para receber salários relativamente altos. Esse grau de especialização para o uso das terras cultiváveis culminou no uso de novas tecnologias para o plantio, resultando numa alta produtividade agrícola que já destacava os Países Baixos do século XI do resto da Europa.

Nas novas terras também surgiu grama em abundância e com a crescente produção de laticínios, é ainda na Idade Média que os queijos holandeses se tornam tão populares dentro de sua cultura (SOLANKI, 2017). A alta produtividade dos campos também liberou grande parte da população dos Países Baixos das atividades do campo para se dedicar, principalmente na Holanda, à construção de barcos, ao transporte marítimo e à pesca do arenque ou mesmo ao comércio e às finanças nas cidades (AZEVEDO, 2021). Os diques também geraram um fator político distinto: esse movimento coletivo em torno deles acabou formando comunidades administrativas que eram independentes do governo, com representantes de cada região, munidos de autoridade tributária e judicial, algo muito diferente do que acontecia no resto da Europa. Na virada para o século XVII, a chamada República das Províncias Unidas era formada por sete províncias, com as instituições centrais³⁶ se sobrepondo às locais, mas ainda assim com ampla autonomia de cada cidade, que tinham seus governos e estruturas próprias, sempre defendendo suas prerrogativas e sua fiscalidade (BRAUDEL, 1967 *apud* SICHELERO, 2021).

Sichelero (2021) conta que o poder local da burguesia que emergiu da Holanda como entreposto mercantil e centro comercial e artesanal se chocaria diretamente com o poder “[...] centralizador, feudal e católico do absolutismo espanhol [e] levaria a rebelião holandesa e a busca pela autonomia, que não significou outra coisa senão poder gerir livremente seus próprios negócios empresariais” (SICHELERO, 2021, p. 2). Carneiro (2006) destaca uma forte característica comum da burguesia mercantil de países como a Holanda e a Inglaterra, que foi a adoção do protestantismo, especialmente na versão radical, o calvinismo: diferente dos luteranos, que acreditavam no

³⁵ A palavra portuguesa "dique", inclusive, deriva do holandês: “*dijk*” (DIQUE, [s.d.]).

³⁶ Um exemplo destas instituições era o parlamento das províncias, os Estados Gerais, em que cada província tinha direito a um voto e decisões importantes só podiam ser tomadas em consenso entre as províncias (SICHELERO, 2021).

conformismo do lugar do indivíduo e na condição de nascimento, a igreja de João Calvino pregava o conceito da predestinação à salvação, sendo o sucesso e a ascensão econômica um sinal divino para este destino.

Como abordado no capítulo anterior, Araújo (2010), reforça que culturalmente, desde a Idade Média, os holandeses não se mostravam unidos pela sua religiosidade, como os flamengos, mas sim em torno de uma prática comercial desenvolvida nesse período: essa mesma identidade comercial que engrandeceu suas cidades, encontrou na reforma protestante e nas novas doutrinas religiosas consonância para o desenvolvimento comercial liberal no continente e mares. Com o avançar tecnológico na construção de embarcações para todo tipo de finalidade, como a pesca, a guerra e o fretamento de mercadorias coloniais, o transporte marítimo e fluvial virou uma das especialidades do país em que o custo do fretamento de carga por água chegava a ser somente de um décimo do que por terra (AZEVEDO, 2021). Os neerlandeses logo se tornam os *carreteiros do mar*, e vão dominar o comércio internacional de especiarias e produtos da Europa, Américas, África e Ásia, e transformando esse comércio intermediário como base principal da hegemonia comercial da Holanda (SICHELERO, 2021).

“Em 1595, já atraídos pelo mercado de especiarias, que rendiam um rebanho inteiro em troca de um mísero pacotinho, uma expedição de navegadores holandeses saiu pelo mundo afora, seguindo as rotas já abertas pelos portugueses [...]” (AZEVEDO, 2021, n.p). Já em 1660, em volume de cargas, a Holanda “possuía três vezes a tonelagem da Inglaterra, e mais que a tonelagem somada da Inglaterra, França, Portugal, Espanha e Alemanha” (REZENDE, 2010, p. 127 *apud* SICHELERO, 2021, p. 7). As primeiras companhias privadas para financiar o comércio no atlântico surgiram como um investimento extremamente lucrativo, ainda que bastante arriscado: os holandeses tiveram que lidar com constantes ataques de navios de guerra espanhóis e portugueses, com o frequente tratamento violento e impiedoso conferido à sua tripulação. “Somente uma organização comercial que pudesse dispor de navios e meios militares em número suficiente, assim pensava-se geralmente, seria suficientemente forte para criar verdadeiros obstáculos ao poder ibérico no Atlântico” (HEIJER, 2005, p. 19).

Como uma forma de união de forças, na forma de monopólio do comércio e da colonização na Ásia, surge em 1602 a Companhia das Índias Orientais como sociedade anônima, que era “um misto de iniciativa especulativa, investimento a longo prazo e empresa colonizadora” (WALLERSTEIN 1974, p. 73 *apud* SICHELERO 2021, p. 10). Foi efetivamente a primeira multinacional da história e que pouco tempo depois veio a se tornar a empresa mais rica e poderosa do mundo (AZEVEDO, 2021). A Bolsa de Valores de Amsterdã, surgiu logo depois, atrelada ao Banco de Amsterdã, “[...] como forma de emitir ações para a companhia e acabou se tornando uma

praça especulativa importante para os capitais ociosos holandeses e estrangeiros” (SICHELERO, 2021, p. 11). Segundo Vergueiro (2003, p. 6), “por impulsionar as Sociedades Anônimas, e por conseqüência a economia de um país, as Bolsas de Valores podem ser caracterizadas como um fenômeno próprio do comércio, que nelas acredita e por elas capta os recursos necessários para a consecução de suas atividades”. Beaud³⁷ (1987 *apud* SICHELERO, 2021), também identifica o próprio Banco de Amsterdã, que era controlado pela burguesia usurária, como um dos pilares da hegemonia holandesa no século XVII: nele, negociantes estrangeiros podiam contar com uma grande variedade de moedas, fazer pagamentos sem lastração de metal e contrair empréstimos. O próprio governo holandês e o de outras nações contrataram empréstimos do banco, indispensável por exemplo para a fundação do Banco da Inglaterra, quase um século depois, em 1694.

A Companhia das Índias Ocidentais, destinada a atuar nas Américas e África com moldes praticamente idênticos aos da Orientais, foi fundada em 1621, mas de maneira muito diferente de como foi proposta pelo seu idealizador. Para o mercador calvinista Willem Usselinx, colônias agrárias poderiam ser criadas no Novo Mundo com objetivo de sustentar a Europa com gêneros básicos de subsistência: seria “[...] um bem para os perseguidos, um refúgio para a honra das mulheres e filhas dos expulsos de seus países pela guerra e pelo fantasma religioso, e uma benção para o homem do povo e para todo o mundo protestante” (CORDOVA-BELLO³⁸, 1964, p. 203 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 16). O autor também destaca que Willem era contra a escravidão, largamente utilizada na América. Ele acreditava que os escravos custavam muito caro, resistiam ao trabalho forçado e morriam ao serem submetidos a maus tratos: nas colônias idealizadas por ele, o trabalho seria realizado por ameríndios livres, assalariados, capazes de adquirir bens e consumidores das indústrias. Para os Estados Gerais, porém, esses ideais não teriam êxito: eles tinham interesse que a Companhia fosse essencialmente dedicada ao comércio e a navegação do atlântico, além de rivalizar a coroa espanhola com a pirataria extremamente lucrativa na América rica em prata e açúcar (HEIJER, 2005; ARAÚJO, 2010).

Na condição de ter se tornado um dos países mais poderosos do século XVII, com a maior frota naval militar e comercial, amplo domínio das colônias asiáticas e de parte da América, foi justamente nesse momento que se deu o chamado século de ouro holandês, onde o país viveu um amplo desenvolvimento urbano, artístico e científico e o que Azevedo (2021, n.p.) descreve como “primeiro exemplo cabal do que viríamos a descrever mais tarde como globalização”. Fiori (2012)

³⁷ BEAUD, Michel. Expansão colonial e capitalismo na Holanda. *In*: IDEM. História do Capitalismo de 1500 até nossos dias. Brasiliense: São Paulo, 1987.

³⁸ CORDOVA-BELLO, Eleazar. Compañías Holandesas de Navegación, agentes de la colonización neerlandesa. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1964.

destaca que a Holanda foi berço de nomes como Grotius³⁹, Spinoza⁴⁰, Vermeer⁴¹, Rembrandt⁴², Huygens⁴³ e Swammerdam⁴⁴ e também moradia de gênios como Descartes e Hobbes.

Para Falcon e Rodrigues (2006 *apud* SICHELERO, 2021), a formação do capitalismo comercial holandês está inserido justamente entre o momento de crise final do feudalismo e o estágio inicial e prematuro do capitalismo, que perdurou entre os séculos XIV e XVIII e tal como na Inglaterra e na França, também foi produto de uma revolução burguesa: até o fim da rebelião holandesa contra a coroa espanhola com a Paz de Westfália de 1648, esta classe emergente já tinha dominado o aparelho do estado e fundado uma república mercantil oligárquica. Sichelero (2021, p.7) enaltece que “embora possuísse continuidades feudais (como o caso das províncias monárquicas), a Holanda já possuía os germes dos órgãos burgueses essenciais da democracia burguesa dos séculos XIX e XX”. Sobre o Estado liberal-burguês, Silva (M., 2021, p. 4) explica:

[...] nasce da desagregação política, econômica e sócio-cultural do *ancien régime* [...], e encontra sua justificativa racional no livre acordo estabelecido por indivíduos igualmente livres, que convencionam constituir um estado político e civil fundado nos direitos naturais. Nesse sentido, a doutrina dos direitos naturais, o contratualismo e a doutrina liberal estão umbilicalmente ligados uns aos outros, pois o pressuposto de uma e de outra doutrina, bem como do próprio contratualismo é a concepção atomista da sociedade, segundo a qual a sociedade é o resultado consensual de indivíduos singulares.

Segundo Mondaini (2006), essas e outras ideias se tornarão pressupostos teorizados por pensadores do liberalismo político, como John Locke ainda no século XVII e do liberalismo econômico, como Adam Smith no século XVIII e serão inclusive, princípios dos quais a Inglaterra não só se assentará, como passará a difundir na Europa quando se estabelece como potência hegemônica no século XIX. Essas ideias se unem “[...] na defesa do mercado e da propriedade privada como instituições intocáveis, não passíveis de sofrerem nenhuma espécie de regulação externa, e, por outro lado, na apologia da preservação das liberdades e garantias individuais diante das tentativas tirânicas do aparelho estatal” (*Ibid*, p. 226).

Locke inclusive viveu entre 1684 e 1689 na Holanda, em que, bem documentado em sua

³⁹ Hugo Grotius, político e jurista holandês, teve grande parte das suas concepções incorporadas no novo direito internacional que decorreu dos Tratados de Westfália: ele defendia a liberdade dos mares como um princípio fundamental das relações internacionais, em que a expansão do país seria garantida com a liberdade de comércio (CARNEIRO, 2006).

⁴⁰ Baruch Spinoza, filósofo racionalista, defensor do liberalismo político e nascido em uma comunidade de ex-marranos: eram cristãos-novos na península ibérica, mas ocultamente fiéis ao judaísmo (GOTTLIEB, 1999).

⁴¹ Johannes Vermeer, pintor barroco, um dos mais famosos do século de ouro. Retratou cenas da vida cotidiana da classe média holandesa. Seu trabalho mais conhecido é o da “Moça com o Brinco de Pérola”.

⁴² Rembrandt Harmenszoon van Rijn, também pintor barroco, um dos mais referenciados da história da arte. Mestre do claro-escuro, enfatizava emoções e dramaticidade com o contraste de cores e luzes. Pintou cenas bíblicas, históricas e cotidianas.

⁴³ Christiaan Huygens, matemático, astrônomo e físico, descreveu o movimento ondulatório da luz, os anéis de do planeta Saturno, e fez contribuições para a física dinâmica. Seu pai, Constantijn Huygens, era amigo próximo de Maurício de Nassau (SILVA, 2011).

⁴⁴ Jan Swammerdam, biólogo e microscopista, um dos primeiros a utilizar o microscópio em dissecações e o primeiro a observar e descrever os glóbulos vermelhos do sangue.

correspondência desse período, teria se engajado com a cultura local de vanguarda intelectual e muito provavelmente influenciando suas publicações posteriores. Foi durante seu exílio no país que ele escreveu os rascunhos do que se tornaria a obra *Segundo Tratado sobre Governo*, considerada a primeira formulação do estado liberal (BARR, 2009; SILVA, M., 2011). Neste mesmo trabalho, no cerne dos pressupostos de Locke sobre a propriedade privada, ele sugere que os homens renunciam à vida sob normas das leis da natureza para criarem, através de um pacto, um corpo social centrado na preservação deste que seria um direito individual de todos:

É para esse fim que os homens transferem todo poder natural que possuem à sociedade para a qual entram, e a comunidade põe o poder legislativo nas mãos que julga mais convenientes para esse encargo, a fim de que sejam governados por leis declaradas, senão ainda ficarão na mesma incerteza a paz, a propriedade e a tranquilidade, como se encontravam no estado de natureza (LOCKE, 1991, p. 270 *apud* GAMBA, 2020, p. 16).

Para Silva (M. 2011, p. 4), essa concepção de contratualismo, em que o exercício de poder só é legítimo em torno do consenso que resulta no liberalismo e em sua relação com a democracia, é uma ideia revolucionária: “ela rompe com a hegemônica concepção política organicista – predominante no Medievo – e funda uma ciência política baseada em relações consensuais entre indivíduos.” A sociedade não seria mais “resultado [...] de fatos naturais que independem das vontades individuais, mas das próprias vontades dos indivíduos que a habitam” (*Ibid*, p. 4). O autor destaca que esses pressupostos foram bases para marcos históricos ocorridos anos depois, como a Declaração dos Direitos nos EUA de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França de 1789.

Adam Smith, outro expoente do liberalismo, só que dessa vez econômico, escreveu *A Riqueza das Nações* na segunda metade do século XVIII, não só destacando a riqueza da Holanda, ainda naquele período o país mais rico da Europa, como também ressaltando a importância do país para a economia do continente (AZEVEDO, 2021). Smith destaca por exemplo a baixa taxa de juros dos Países Baixos, que faz com que a burguesia local não deixasse seu dinheiro parado, sempre investindo seu capital em empreitadas mercantis. Para ele, a riqueza nacional depende muito mais da divisão do trabalho e acumulação do capital, do que da intervenção estatal e por isso “a melhor política é sempre deixar as coisas andarem seu curso normal” (SMITH, 1983, p.10 *apud* CORAZZA, 1984, p. 1). A atuação do Estado, contudo, não seria restrita: ainda que tenha uma concepção harmoniosa em que a “mão invisível” agisse equilibrando os interesses individuais com os interesses sociais, ela não conseguiria sozinha harmonizar interesses opostos dos indivíduos e grupos antagônicos: é aqui que o Estado assumiria o papel de “[...] impedir que esses conflitos prejudiquem o desenvolvimento da acumulação de capital” (*Ibid*, p.1). Adam Smith também é pioneiro quando analisa a natureza das trocas mutuamente vantajosas e do valor da divisão do trabalho:

Não é à benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que devemos

nosso jantar, mas à busca por eles do seu próprio interesse. Não nos dirigimos nunca à sua humanidade, mas ao amor que têm por si próprios, e nunca falamos a eles das nossas necessidades, mas das suas vantagens (SMITH, 1776, pp. 26-27 *apud* SEN, 1992, p. 19).

É muito importante salientar que as observações dos teóricos do liberalismo clássico, se inserem principalmente sobre o contexto da revolução burguesa e seus desdobramentos ocorridos na Inglaterra do século XVII. Diversos pressupostos liberais já estariam presentes na Países Baixos do século de ouro, ainda que somente posteriormente teorizados por estes. Sichelero (2021), pontua que as principais diferenças entre as revoluções burguesas ocorridas nestes países é que na Inglaterra, os entraves feudais eram mais fortes do que na Holanda. A dominação da coroa espanhola, entretanto, fez por fundamentar ideologicamente a revolução burguesa deste país com “um caráter religioso, a defesa da fé calvinista e luterana e a tolerância religiosa, também apresentava um caráter nacional, de luta contra a invasão estrangeira” (*Ibid.*, p. 3). O fim da Revolta Holandesa, onde é reconhecida oficialmente a independência da República das Províncias Unidas sobre a Espanha, acontece com os Tratados de Westfália em 1648 e é um marco da diplomacia internacional: pela primeira vez é reconhecida a soberania dos Estados. A propósito dos tratados que firmaram o fim da guerra, Carneiro (2006, p. 186) afirma:

Sem dúvida, o mais importante resultado do final da guerra foi o surgimento de um sistema internacional de Estados. Estabelece-se um pressuposto de reciprocidades, um direito internacional com pactos regulando relações internacionais, com a livre navegação nos mares e a busca do não comprometimento do comércio e de civis na guerra. [...] As relações internacionais são secularizadas, ou seja, estabelecidas em função do reconhecimento da soberania dos Estados, independentemente de sua confissão religiosa. Toda a política moderna e contemporânea, baseada no reconhecimento da legitimidade dos Estados e na constituição de um conjunto político de nações que se reconhecem como parte de um sistema em que rege um direito internacional, deriva do modelo criado e formalizado a partir da Paz de Westfália.

3 - A história contada pelos Países Baixos: a coletânea de Gaspar Barléu

Como observado, o século XVI e em especial, o XVII, marcaram para sempre a história dos Países Baixos. A nação com propensões comerciais e ideais liberalizantes reformistas, rejeitam a dominação da monarquia espanhola católica e se tornam independentes formando uma república mercantil fundada em trocas comerciais de alcances globais. O decorrer do desenvolvimento da primeira nação capitalista do mundo levou a um grande acúmulo de capital e criou na classe média holandesa de comerciantes e artesãos, o que Simon Schama (1992, p. 16) descreveu como, “um mundo sobretudo urbano, surpreendentemente instruído para a época [...] que alimentava um mercado ávido de gravuras, histórias ilustradas, poemas e polêmicas”. Foi o florescer comercial, cultural e científico do que os holandeses enxergaram como sua Era de Ouro e o momento em que a nação teve

seu “reconhecimento internacional como entidade cultural separada e distinta [dos flamengos], particularmente através de seus pintores” (BOOGART, 2012, p. 50).

Foi exatamente nesse período de efervescência que o Brasil Holandês aconteceu, e o reflexo disso poderá ser encontrado particularmente na grande produção documental, artística e científica financiada por João Maurício de Nassau. Este capítulo discorrerá alguns aspectos sobre uma dessas obras, em especial àquela que será produzida especificamente para contar os feitos de seu governo: a *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...] ⁴⁵* de Gaspar Barléu (1584-1648).

Leonardo Dantas Silva (2001) conta que durante a estadia de Nassau no Brasil, de 1637 a 1644, compreendendo portanto, apenas sete dos vinte e quatro anos de toda a ocupação holandesa, o conde reuniu todo material necessário com o intuito de divulgar esta parte do Novo Mundo para a Europa. No retorno ao continente, contratou os serviços de Barléu, humanista, poeta e historiador renascentista, então professor do *Athenaeum Illustre⁴⁶* de Amsterdã, para escrever o considerado mais belo registro sobre o Brasil Holandês. O escritor teve acesso não só ao arquivo pessoal de Nassau, como também da documentação produzida pela sua comitiva no Brasil.

Não faltaram registros produzidos por estes. Na verdade, “nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período [...]” (BAERS⁴⁷, 1977 *apud* SILVA, 2001). “A historiografia deste período é uma das mais bastas dos cinco séculos da História do Brasil” (RODRIGUES⁴⁸, 1949 *apud* SILVA, 2001). E não que a colonização portuguesa não chegou a produzir conhecimento sobre esta terra. Para Reinaldo Neto (2010), a preocupação central da metrópole era de que uma descrição detalhada sobre a natureza e as riquezas da sua colônia pudesse aumentar a cobiça de estrangeiros. Os holandeses, por sua vez, realizaram uma verdadeira divulgação das peculiaridades dessa terra para a Europa, ainda mais famosa em seus registros visuais.

Segundo Silva (2001), foram feitas pinturas e desenhos retratando as paisagens, as pessoas, os animais e a natureza, sem falar na produção cartográfica detalhada da região, das observações astronômicas, estudos sobre a medicina, e registros dos naturais da terra, da fauna e da flora. A propósito da visão humanística⁴⁹ de João Maurício como uma explicação para seu patrocínio sobre os

⁴⁵ O título completo da obra se chama: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., ora governador de Wesel, tenente-general de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange.*

⁴⁶ Foi um centro educacional que viria posteriormente a se tornar a Universidade de Amsterdam. Na aula de estreia, Barléu discursa sobre o mercador sábio, o *Mercator sapiens*, que se tornou texto chave sobre o Século de Ouro holandês (POST; VERMEULEN, 2019).

⁴⁷ BAERS, João. Olinda Conquistada. Tradução de Alfredo de Carvalho. 2a ed. Recife: SEC; Departamento de Cultura. 1977.

⁴⁸ RODRIGUES, José Honório. Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

⁴⁹ Segundo Leonardo Dantas Silva (2011), muito da erudição intelectual de Nassau advinha de sua amizade próxima ao anteriormente citado, Constantijn Huygens, poeta, diplomata, estudioso das ciências exatas e bastante influente na

trabalhos de sua ilustre comitiva, temos a visão de alguns autores que afirmam que este movimento poderia ter conotações mais estratégicas. Essa produção de conhecimento poderia mostrar o misterioso Novo Mundo, seu exotismo e informações privilegiadas altamente valorizadas na Europa, como um convite à burguesia para vislumbrar as possibilidades de ganhos com seus investimentos⁵⁰ (GALINDO⁵¹, 2009; VERRI⁵²; BRITTO, 2003 *apud* LIMA E SILVA, 2012). Um destes indícios parece estar nas diversas telas que Frans Post pintou de engenhos. Independente da motivação, o fato é que os trabalhos do grupo seletivo de quarenta e seis homens que compuseram a comitiva, além da coletânea escrita por Barléu na Europa, se tornaram as fontes mais importantes de informações sobre o Brasil até o século XIX, e nas palavras de Charles Boxer (1961, p. 159, grifo do autor):

Até as grandes expedições do Capitão Cook e seus sucessores, não se viu de novo, realizado pelo homem branco nos trópicos, nenhum trabalho científico tão sistemática e inteligentemente dirigido. Com plena justiça, escolheu João Maurício como divisa a frase latina *Qua patet orbis*, "tão vasto como o universo".

As primeiras páginas da obra de Barléu são dedicadas a contar o contexto político da rebelião holandesa contra a coroa espanhola de Felipe II, a extensão da guerra dupla, na terra e no mar, envolvendo diversos países da Europa e desembocando nos confins da Ásia, da costa da África e do Novo Mundo, passando pela formação de república holandesa e da constante luta pela liberdade sobre a tirania monárquica. Um aspecto interessante é que o autor discorre frequentemente na primeira pessoa do plural, em que a bravura da Holanda toma forma de “nossa bravura”:

Demos um exemplo mais eloqüente que os dos antigos e enumerado entre as maravilhas da nossa época: um povo envolvido em tantas guerras, apenas com o dinheiro de alguns particulares, [...] vexar e abater um rei poderosíssimo numa guerra dupla, em partes do mundo separadas por todo um hemisfério, para igualar hoje a extensão do império holandês quase com a redondeza da Terra. Poderia, sem dúvida, a nossa bravura cingir-se à necessidade de se defender, contentando-se com os limites costumados do oceano.⁵³

Em diversas passagens, bastante poéticas e carregadas de referências grego-romanas, o autor enaltece a legitimidade da rebelião holandesa, fundada em princípios da defesa nacional, da liberdade e direito à propriedade. Essa teria sido inclusive uma questão muito impactante na vida de Barléu: nascido na Antuérpia, atual Bélgica, precisou mudar-se ainda criança para a Holanda junto com sua família, como refúgio das perseguições religiosas do rei espanhol (MELLO⁵⁴, 2002 *apud* NETO, 2010). O trecho a seguir da obra mais parece ter sido proferida, por exemplo, por um teórico clássico do liberalismo como John Locke:

sociedade holandesa de então.

⁵⁰ Um exemplo disso poderia ser encontrado na iconografia produzida no período. Os nativos retratados por Eckhout, além de trazerem elementos exóticos, também transmitiam ares de simpatia, assim como as paisagens de Frans Post, que quando mostravam soldados ou fortes, estes sempre apareciam segundo plano, denotando um território pacífico, encantador e seguro para possíveis investidores (LIMA E SILVA, 2012).

⁵¹ GALINDO, Marcos. *Georg Marcgraf, um cientista ao amanhecer do Brasil*. Recife. 2009. Manuscritos.

⁵² VERRI, Gilda; BRITTO, Jomard. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003.

⁵³ (BARLÉU, 2005, pp. 23-24).

⁵⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

O direito desta guerra baseia-se todo nas leis pátrias e nos forais régios. Violados eles, esta República de tantos séculos, a exemplo dos nossos maiores, que tomaram arma contra os romanos, depôs o rei e declarou-lhe guerra, tanto mais honrosamente quanto parecia não só legítimo e necessário, mas também glorioso, defender a Pátria, a liberdade, a vida e a fazenda dos cidadãos, coisas que os homens julgam superiores a tudo.⁵⁵

Adiante, o autor discorre sobre o direito das nações ao comércio equitativo, em que denuncia o cerceamento do acesso ao mar por parte da Espanha aos holandeses. Assim como a passagem anterior, uma análise contemporânea poderia sugerir uma ligação muito próxima com os princípios do liberalismo, só que dessa vez, alinhado com o que foi teorizado mais de um século depois por Adam Smith:

A liberdade comercial foi sempre o baluarte de uma grande potência. Com ela cresceram os tírios, os cartagineses, os persas, os árabes, os gregos e os romanos. Por isso, os nossos navios mercantes, comboiados pelas nossas armadas, navegavam primeiro para o Oriente, depois para o Ocidente, fundando fora da Europa, como que dois impérios, sustentados por duas companhias. [...] Fomos para onde nos chamava o direito natural e o das gentes e a carência mútua de produtos, porquanto o ganho é poderoso incentivo para se tentarem os mais arrojados cometimentos.⁵⁶

Sobre o fechamento de portos às trocas com nações estrangeiras, Barléu tece um paralelo entre o que foi imposto pela coroa espanhola e a antiguidade, em que a privação da liberdade comercial foi a causa de guerras passadas, e por isso, teria a rebelião holandesa no comércio marítimo internacional um fundamento legítimo:

Consta de narrações verídicas que, por causa da interdição dos portos e do comércio, surgiram guerras entre israelitas e amoreus, gregos e misos, megarenses e atenienses, bolonheses e venezianos, cristãos e sarracenos. E quase a mesma razão, isto é, serem privados do uso comum dos portos e das costas, tiveram os próprios castelhanos de atacar à mão armada os habitantes da Índia Ocidental. [...] por um revés, por uma contravolta da fortuna, acontece que, reclamando só para si a terra e a água, são privados de ambas, porque se irrita a ousadia dos menos poderosos com a ambição de mando dos mais poderosos. Nem tolera o Criador do universo que um só povo desfrute e poucos potentados repartam entre si as águas criadas para o bem de todos e destinadas à utilidade geral.⁵⁷

As comparações com o pai do liberalismo econômico também são possíveis nas páginas seguintes, em que o autor discorre sobre as primeiras expedições particulares dos holandeses ao Oriente, descrevendo os mais longínquos lugares alcançados pelos mercadores holandeses, do acesso destes à especiarias exóticas, altamente valiosas e das riquezas alcançadas por eles através do comércio. A necessidade de trocas mercantis entre povos distantes entre si, vendendo o que se tem em abundância e comprando o que se é escasso culminaria numa relação amistosa entre estes:

Carregamos anualmente as nossas naus com esses produtos e os transportamos para as terras às quais negou o autor da natureza esses temperadores dos frios dos nossos climas. Admire-se nisto a sabedoria de Deus: – quis que nascessem as drogas quentes nas regiões tórridas, e as frias nas regiões frígidas, sem dúvida para que, trocando-se os produtos necessários aos homens, se aproximassem os povos, obrigados pela míngua comum a tornarem-se amigos.⁵⁸

⁵⁵ (BARLÉU, 2005, p. 22).

⁵⁶ (*Ibid.*, p. 22).

⁵⁷ (*Ibid.*, pp. 25-26).

⁵⁸ (*Ibid.*, pp. 25-26).

São discutidos os princípios norteadores da criação das duas companhias das Índias e seus monopólios outorgados pelos Estados Gerais⁵⁹, a importância do comércio realizado por elas para a Holanda, passando pela descoberta do Novo Mundo pelos europeus, o interesse da WIC na América luso-espanhola, a investida da companhia na Bahia e posteriormente em Pernambuco e as impressões dos colonos sobre os nativos locais, o clima, as plantas e os animais. Barléu cita que o Brasil é muito agradável por conta do clima brando e por isso transmite bastante saúde: “é disto indício a longa vida dos naturais, a qual atinge às vezes cem anos⁶⁰”. Conta que há extensos períodos de chuva e de seca e que nem o frio, nem o calor são excessivos: a temperatura local do inverno seria semelhante a do verão holandês. O autor traz espanto quanto à variedade de plantas, frutas e animais nativos que pode ser encontrada no Brasil, com algumas breves descrições bastante interessantes, por exemplo, dos cajus⁶¹, tatus⁶² e tamanduás⁶³.

Falando sobre as riquezas produzidas, o autor cita o pau-brasil, usado como tintura em tecidos, o tabaco, couros de boi, algodão, açúcar. Sobre os engenhos, “[...] tira o mercador ativo, com o trabalho dos negros, o máximo lucro, e anualmente vende, na Europa inteira e por muito dinheiro, o açúcar que as naus atulhadas dele transportam⁶⁴” e reforça: “não é possível o fabrico do açúcar sem o auxílio dos negros, que de Angola e outros portos da África se transportam em grande número para o Brasil⁶⁵”. Sobre a escravidão, Barléu traz algumas indagações: “A freqüente menção que faço dos escravos exige de mim uma breve digressão sobre a sua origem e condição⁶⁶”. O autor traça nas páginas seguintes um apanhado histórico sobre as práticas de escravidão da antiguidade até a sua proibição pelo imperador Frederico II do Sacro Império Romano-Germânico (1194-1250). Aqui é importante lembrar que diferentemente do norte da Europa, onde essa prática havia desaparecido, Portugal manteve esse regime de maneira ininterrupta, o que foi mantido na América (MESEL, 2011). Barléu dá razão ao filósofo romano Sêneca que recomenda clemência para com os escravos:

Reflete que este a quem chamas de escravo nasceu da mesma semente que tu, goza do

⁵⁹ Um contraponto à liberdade comercial defendida por Barléu está em que, “enquanto no mercado internacional, os holandeses praticavam uma política de *mare liberum*, mar livre, – exatamente por possuírem superioridade comercial –, nas suas colônias e regiões dependentes (como o caso da Europa Oriental) o que predominava era o *mare clausum*, mar fechado (BEAUD, 1987 *apud* SICHELERO, 2021, p. 8, grifo do autor).

⁶⁰ (BARLÉU, 2005, p. 40).

⁶¹ “Os cajus são pêras silvestres, suculentas e inocentes, que se comem avidamente durante o calor. No interior da pêra cresce uma castanha, de casca muito amargosa, de miolo muito doce, quando se assa. A pêra refresca e a castanha esquenta” (*Ibid.*, p. 93).

⁶² “[...] do tamanho de leitões, com o coiro como que revestido de escamas, parecendo uma coiraça. Dele deixam sair a cabeça como tartarugas. A carne, grata ao paladar, reserva-se para os banquetes requintados” (*Ibid.*, p. 163).

⁶³ É também raro o gênero dos TAMANDUÁS, parecidos com carneiro, focinho comprido e fino, unhas longas e largas. Alimentam-se de formigas, em cujos formigueiros, onde os descobrem, cavando com as unhas, metem a língua e a recolhem coberta de enxames de formigas que engolem” (*Ibid.*, p. 163).

⁶⁴ (*Ibid.*, p. 41).

⁶⁵ (*Ibid.*, p. 62).

⁶⁶ (*Ibid.*, p. 217).

mesmo céu, respira como tu, vive como tu, morre como tu. Vive, pois, como o teu inferior da mesma forma que desejarias vivesse ele contigo, se fosse teu superior. [...] Vive com o teu co-escravo clemente e afavelmente.⁶⁷

Ele conclui seu discurso no fato de que, com o crescimento da avidez de lucros, mesmo seguindo a doutrina cristã reformada, a Holanda retomou a prática da escravidão :

Depois que a avidez do ganho medrou ainda mesmo entre os cristãos, que abraçaram fé mais pura e mudada para melhor, [...] também os holandeses voltamos ao costume de comprar e vender um homem apesar de ser ele imagem de Deus, resgatado pelo sangue de Cristo e senhor do universo, escravo apenas por vício da natureza e do engenho.⁶⁸

Ao falar dos nativos da terra, referidos muitas vezes pelo termo “bárbaros”, relata diferentes aspectos dos povos que habitavam o Brasil: os costumes, vestimentas, crenças e até mesmo seus ritos fúnebres, e atos canibais. Reforça a bravura e ferocidade dos indígenas do sertão, se contrapondo com os que vivem no litoral, que misturados aos portugueses, os destaca como “[...] muito afáveis com os hóspedes e estrangeiros e de excessiva cortesia⁶⁹”. Relata também a aliança firmada com alguns destes povos nativos, principalmente com os tapuias: “atraídos [...] ao nosso convívio e aliança, deixamo-lhes salva a religião, os lares, as leis e os costumes. Prometeu-se liberdade aos oprimidos, comércio aos negociantes, fidelidade aos aliados. [...] De todos foram os tapuias os mais dedicados a nós⁷⁰”. Barléu escreve também sobre a alimentação dos naturais da terra, citando algo muito familiar ao Brasil de hoje em dia, mas completamente novo aos neerlandeses. “Alimentam-se com uma raiz nativa, à qual, reduzida a farinha, chamam MANDIOCA⁷¹”

Sobre os aspectos políticos regidos sobre o Brasil, Barléu destaca as 14 capitânias que dividiam o território entre Portugal e Holanda, “com governos distintos e contrários⁷²”, “algumas das quais reconhecem senhores próprios, outras têm o rei por senhor⁷³”, sempre destacando que os holandeses defendem suas próprias terras, enquanto os portugueses defendem as do rei espanhol. Ao falar do governo do ilustríssimo Conde Maurício de Nassau, seu patrocinador, Barléu tece os mais profundos elogios. Traz aspectos relativos às campanhas militares, não só no Brasil, como no Chile e na costa da África. Sobre caráter de monopólio das Índias Ocidentais sobre o comércio entre as colônias e a metrópole, frequentemente criticado por mercadores de ambos os lados, o escritor traz uma correspondência de Nassau, que advogará pela livre navegação e comércio como incentivo à colonização e fortalecimento do território, o que foi parcialmente⁷⁴ atendido pelos diretores da Companhia e Estados Gerais:

⁶⁷ (*Ibid.*, p. 220).

⁶⁸ (*Ibid.*, p. 220).

⁶⁹ (*Ibid.*, p. 44).

⁷⁰ (*Ibid.*, p. 48).

⁷¹ (*Ibid.*, p. 44).

⁷² (*Ibid.*, p. 47).

⁷³ (*Ibid.*, p. 46).

⁷⁴ Reservando para a WIC apenas o tráfico de negros, armas e pau-brasil (*ibid.*).

[...] Não se podem, sem colonos, cultivar e os desertos e as terras incultas do Brasil. Não é, entretanto, possível convidá-los a virem para o Brasil, sem lhes conceder licença para negociar. De um grande número de cidadãos podem esperar-se lucros, por causa das necessidades de cada um e de muitos. Assim, crescendo a população, cresceriam os dinheiros públicos, sem os quais não é possível ter armas, e sem armas não consegue descanso para a nova nação. Cumpre que os governantes façam sempre o seu orçamento para haver proporção entre a receita e a despesa. Os colonos dariam mais resistência às províncias, diminuiriam as guarnições e trariam maior segurança à república, que confiaria nos seus próprios cidadãos.⁷⁵

Destaca o papel conciliatório de Nassau com os habitantes, principalmente com dos que residiam antes da invasão, lhes concedendo liberdade de culto e representatividade política com as Câmaras dos Escabinos, nos mesmos ordenamentos jurídicos praticados na Holanda. Atraídos por esta liberdade, Baléu conta que “a maioria dos judeus foram da Holanda para o Brasil⁷⁶”, exercendo sua fé desprovida de pudor algum. “Associam-se abertamente [...] ostentando com bastante audácia a sua religião e os seus ritos, queixando-se os papistas no reino alheio⁷⁷ [...]”. Apesar da liberdade de culto oficialmente garantida pelo governo, o próprio Barléu relata que socialmente haviam choques, principalmente “entre povos rivais no zelo religioso, isto é, papistas e predicantes judeus⁷⁸” e que levou o Conselho a levar a questão religiosa com muita importância, buscando conciliar a convivência harmoniosa entre os diferentes credos. Mello (2002 *apud* NETO, 2010) conta que as procissões católicas, com ícones expostos, não raramente sofriam agressões, até mesmo contabilizando algumas mortes⁷⁹. Sobre o desenvolvimento urbanístico promovido por Nassau em Recife, na construção da *Cidade Maurícia* e edificação dos palácios:

Tiveram outrora e ainda têm os mais eminentes príncipes e capitães o zelo não somente de aumentar a sua glória com guerras e ínclitos feitos contra o inimigo, mas também de interromper, com um ócio honroso, os tempos das guerras para estadearem a sua magnificência em construções grandiosas. Isso fez Nassau⁸⁰.

Barléu enaltece que as construções do governo de João Maurício “[...] causavam prazer e admiração a quem as contemplava⁸¹” e em que, reincidente o incômodo da Companhia com seus gastos, fez diversas obras às suas próprias custas, justificadas para usufruto próprio e para com os habitantes locais. Numa passagem, cita que do horto zoobotânico, que também fornecia alimento para a população em tempos de escassez, edificou um palácio anteriormente citado: “chamava-se *Friburgo*, isto é, cidadela da liberdade⁸²”. Sobre a despedida de Nassau do Brasil, o autor reforça a admiração

⁷⁵ (*Ibid.*, p. 116).

⁷⁶ (*Ibid.*, p. 116).

⁷⁷ (*Ibid.*, p. 116).

⁷⁸ (*Ibid.*, p. 90).

⁷⁹ Importante contextualizar que essas hostilidades também aconteciam na Europa: o próprio *Athenaeum Illustre*, onde Baléu ensinava, foi fundado numa capela antigamente dedicada a Santa Agnes, depois que ela havia sofrido um ataque iconoclasta (ATHENAEUM, [s.d.]).

⁸⁰ (BARLÉU, 2005, pp. 174-175).

⁸¹ (*Ibid.*, p. 176).

⁸² (*Ibid.*, p. 178, grifo do autor).

cativada por ele durante seu governo, que culminou no postergamento de seus superiores em acatar sua exoneração: “Os Estados-Gerais e o Conselho dos Dezenove, porém, negaram várias vezes a demissão pedida, porque Nassau, tornando conhecido o seu nome através do Brasil e das nações vizinhas, já era poderoso e inspirava terror aos estrangeiros, amor aos súditos e admiração a todos⁸³”. E conclui sua obra, recheada de agradecimentos e elogios: “Não se diria que Maurício vivia entre bárbaros, tal a polidez, mansidão e eqüidade com que governava o povo. Por esta razão todos o louvavam abertamente, gozando ele aquela simpatia e prestígio com que se firma a autoridade⁸⁴”.

Concluído em 1647, a primeira edição do livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...]*, foi escrita em latim, língua franca do mundo renascentista de então, contando com 340 páginas, com 54 gravuras detalhadas, dentre mapas, plantas baixas, paisagens e vistas marinhas. Cópias impressas da obra foram presenteadas por Nassau a várias personalidades da época, inclusive a D. João IV, de Portugal, na época do lançamento. Este mesmo exemplar foi trazido ao Brasil em 1808, com a vinda da Família Real portuguesa (SILVA, 2001). A obra é riquíssima em informações e como só foi possível trazer um recorte dela, recomenda-se a leitura completa para aprofundamento.

Considerações Finais

Este trabalho, portanto, buscou discorrer brevemente sobre os 24 anos da empreitada da WIC no Brasil como um produto do Século de Ouro holandês. São trazidos os preceitos econômicos, culturais e religiosos que já circulavam na sociedade holandesa durante a formação de seu Estado Nacional e terminaram, posteriormente, sintetizados e teorizados pelos pensadores clássicos do liberalismo, como John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Como discutido, estes foram inclusive, bastante influenciados em suas obras com o contexto político e econômico vivido na Holanda de seus respectivos tempos. Dividida em províncias que gozavam de relativa autonomia, numa concepção federalista, a Holanda teve sua revolução burguesa. Se rebelou contra a dominação monárquica estrangeira e com a união de “[...] *Marte e Mercúrio*, ou seja, da guerra com o comércio” (CARNEIRO, 2006), formou a primeira nação capitalista do mundo: “Amsterdã, com seus 120 mil habitantes, seus juros baixos, seu banco e sua bolsa, era o centro eminentemente cosmopolita de uma verdadeira *economia-mundo*” (MELLO, 2006, p. 25, grifo do autor). Adentrou os mares, fundou colônias e comercializou mercadorias altamente lucrativas ao redor de todo o globo através de iniciativas privadas. O enriquecimento e a estabilidade vivida por essa sociedade, culminou em sua

⁸³ (*Ibid.*, p. 275).

⁸⁴ (*Ibid.*, p. 373).

Era de Ouro, no desenvolvimento comercial, político, artístico e científico.

No Brasil, particularmente por iniciativa de Maurício de Nassau, vamos ter esses elementos trazidos ao Novo Mundo, com iniciativas em torno da tolerância religiosa, liberdade econômica e representatividade política. Seja pela sua formação humanística ou como maneira de divulgar essa parte do mundo para financiadores estrangeiros, foi através da comitiva científica e artística de Nassau, custeada à próprio bolso, que temos para os dias atuais mapas, gravuras e pinturas que nos transportam até aquele tempo, como numa verdadeira fotografia do passado: podemos ver a natureza em sua exuberância, seus animais e plantas, as paisagens, as cidades e as pessoas do Brasil colonial, os nativos, os negros, brancos e mestiços. Evaldo Cabral de Mello (2006) ressalta que uma das marcas registradas do seu governo foram as obras de planejamento urbano que transformaram o Recife profundamente: foi só com a vinda da corte portuguesa, no século XVIII, para o Brasil testemunhar um desenvolvimento urbano como este novamente. Charles Boxer (1961, p. 158) afirma inclusive que o conde tinha interesse em fundar uma universidade no Novo Mundo, “que seria frequentada tanto pelos holandeses protestantes como pelos portugueses católicos [...]”. Sobre a figura emblemática de Nassau, em Pernambuco se criou um mito, caracterizado por Lima e Silva (2012, p. 146) como o *fenômeno nassoviano*: “Nassau é quase com certeza, na história mundial, o único colonizador cujos subjugados sentiram saudades quando de sua partida e deixaram esse legado para parte de seus descendentes até os dias de hoje”.

Para o encerramento deste trabalho, é importante trazer uma breve reflexão. À primeira vista, pode-se imaginar que através do saudosismo à figura de Nassau, os pernambucanos perpetuaram, por exemplo, o conhecimento da ocupação batava daqueles tempos até os dias de hoje, de geração em geração. A realidade não foi bem assim. Alguns historiadores, convergem em trazer a viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco como um marco na preservação da história do Brasil Holandês: George Félix Cabral de Souza (2012, p. 256), conta que bastante curioso em saber sobre os fatos, os locais e as personalidade históricas do período holandês, o imperador relatou em seu diário uma decepção com a “ignorância que encontro em geral nos pernambucanos da história gloriosa de sua província nessa época”. Isso levou à criação em 1862 do primeiro instituto histórico regional do Brasil, o *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)*, destinado à preservação material e difusão da história do estado. Rebecca Brienen (2012) conta que devido ao interesse do imperador no assunto, em 1870 ele inclusive encomendou cópias das pinturas etnográficas de Eckhout, naquela época expostas em Copenhagen.

A história que conhecemos hoje do Brasil Holandês só foi possível através dos inestimáveis esforços do IAHGP e de pessoas como José Hygino Duarte Pereira, Gilberto Freyre, José Antônio Gonsalves de Melo, Evaldo Cabral de Mello, José Luiz Mota Menezes e Leonardo Dantas Silva, entre

tantos outros, que dedicaram anos de pesquisas e publicações sobre o assunto. Ainda assim, algo que parece ser ainda mais difícil que recuperar a história e compreendê-la, é o desafio de *preservá-la*: por exemplo, Menezes (2015) conta que no século XIX parte do bairro do Recife Antigo ainda conservava muitos prédios construídos na época de Nassau e Paulo Goethe (2016) traz que dois arcos construídos pelo conde, o da *Conceição* e o de *Santo Antônio*, que marcavam os limites da sua famosa Ponte do Recife, ainda estavam de pé no começo do século XX. Tudo isso, até mesmo a igreja do *Corpo Santo*, originária da ermida dos mareantes fundadores da vila do Recife, veio abaixo em decorrência das reformas do Porto do Recife (1909-1926). Como observado, os desafios de *conhecer e preservar* são papéis compartilhados pelos acadêmicos que viveram no passado, no presente e, com toda certeza, que viverão no futuro. É assim, num trabalho permanente, que os esforços da Academia devem se materializar em ações concretas para transformar a realidade em que vivemos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Anderson Leon Almeida de. Os flamengos, os holandeses, a América – contribuições neerlandesas no novo mundo. 2010. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/09.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- ATHENAEUM Illustre Of Amsterdam. [s. d.]. Cityseeker. Disponível em: <https://cityseeker.com/amsterdam/882997-athenaeum-illustre-of-amsterdam>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- AZEVEDO, Rafael. Como o capitalismo transformou a Holanda do século XVI em uma potência global. 25 mar. 2021. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-o-capitalismo-transformou-a-holanda-do-seculo-xvi-e-m-uma-potencia-global/>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BARBOSA, Virgínia. Igreja do Divino Espírito Santo, Recife, PE. 29 jan. 2010. Gov.br. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=655:igreja-do-divino-espírito-santo-recife-pe. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BARLÉU, Gaspar. O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Edições do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. v. 43, .
- BARR, Kara Elizabeth. “In Search of Truth Alone”: John Locke’s Exile in Holland. 2009. Walsh University. Disponível em: http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=walshhonors1240525958. Acesso em: 2 jun. 2013.
- BARTHEL, Stela Gláucia Alves. Considerações sobre fortes de terra: o Forte do Arraial Novo do Bom Jesus. REVISTA HUM@NAE, v. 8, no 1, 31 mar. 2014. .
- BOOGAART, Ernst van de. As perspectivas da Holanda e do Brasil do “Tempo dos flamengos”. *In*:

VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). Brasil holandês história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012. p. 45–64.

BOXER, C. R. OS HOLANDESES NO BRASIL 1624-1654. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BRIENEN, Rebecca Parker. O envolvimento mitológico do Brasil Holandês: interpretação dos trabalhos de Albert Eckhout e Frans Post (1637-2011). *In*: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). Brasil Holandês história, memória e patrimônio compartilhado. 2012: Alameda, 2012. p. 75–90.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, no 61, p. 317–338, 2011.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. *In*: MAGNOLI, Demetrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 163–189.

CORAZZA, Gentil. Estado e Liberalismo em Adam Smith. *Ensaio FEE*, v. 5, n. 2, p. 75–94, 1984.

CORSO. 2023. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/corso/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DA SILVA, Harlei Gargiano Teixeira. O sistema de defesa do Recife no século XVI / XVII. V Encontro Nordestino de História, Recife, UFPE, out. 2004. .

DIQUE. [s. d.]. *In*: MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=dique>. Acesso em: 30 maio 2023.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. 1a ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

GAMBA, João Roberto Gorini. Propriedade e Consentimento: as Contribuições de John Locke para o Direito Moderno. *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 103–138, 19 dez. 2020. .

GASPAR, Lúcia. Palácio da Boa Vista. 11 maio 2004a. Gov.br. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=639%3Aapalacio-da-boa-vista&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1. Acesso em: 31 mar. 2023.

GASPAR, Lúcia. Palácio de Friburgo, Recife, PE. 6 maio 2004b. Gov.br. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=638%3Aapalacio-de-friburgo-recife-pe. Acesso em: 31 mar. 2023.

GESSAT, Rachel. 1581: Holanda se liberta da Espanha. 7 2015. Deutsche Welle (DW). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1581-holanda-se-liberta-da-espanha/a-319686>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GOETHE, Paulo. Os monumentos que foram atropelados pelo trânsito. 7 set. 2016. Diário de Pernambuco. Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2016/07/09/os-arcos-que-se-tornaram-avos-do-progresso/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GOTTLIEB, Anthony. God Exists, Philosophically. 18 jul. 1998. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/books/99/07/18/reviews/990718.18gottlit.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

HEIJER, Henk den. Diretores, stadhouderes e conselhos de administração (a administração da companhia das Índias Ocidentais neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil). In: WIESEBRON, Marianne L. (org.). *Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: CNWS Publications, 2005. p. 17–44.

HERMANN, Jacqueline. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novose sebastianismo no Brasil colonial. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/25327578/As_metamorfoses_da_espera_messianismo_judaico_crist%C3%A3os_novos_e_sebastianismo_no_Brasil_colonial.

HISTÓRIA. 2013. Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. Disponível em: <http://www.bombeiros.pe.gov.br/web/cbmpe/historia>. Acesso em: 31 mar. 2013.

LIMA E SILVA, Ricardo José de. A Estratégia da saudade: Aspectos da administração nassoviana no Brasil Holandês. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). *Brasil holandês história, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 141–164.

MEGIANI, Ana Paula Torres; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei. *O BRASIL NA MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1668) Novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau*. 1a ed. eBook Kindle. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês*. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras; 1a edição; eBook, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. Uma questão de nuança. 23 jan. 2000. Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_2.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana. 3a ed., 1987.

MENEZES, José Luiz da Mota. *A recriação do paraíso: judeus e cristão-novos em Olinda e no Recife nos séculos 16 e 17*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2015.

MESEL, Katia. *O Rochedo e A Estrela*. Brasil: Arrecife Produções, Avir Shamaim, 2011. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3190>.

MONDAINI, Marco. *Guerras Napoleônicas*. In: MAGNOLI, Demetrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 189–218.

MUSEU Militar do Forte do Brum. [s. d.]. Visit Recife. Disponível em: <https://visit.recife.br/o-que-fazer/atracoes/museus/museu-militar-do-forte-do-brum>. Acesso em: 29 mar. 2023.

NETO, Reinaldo Sudatti. *A visão de Gaspar Barleu sobre a fase holandesa no Brasil e o papel das obras de Piso e Margrave*. 2010. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2010.

POST, Anna-Luna; VERMEULEN, Corinna (ed.). *The Wise Merchant*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2019.

PRIMEIRO observatório das Américas surgiu no centro do Recife. 25 out. 2022. Recife Centro. Disponível em: <https://www.recifecentro.com.br/o-primeiro-observatorio-das-americas-surgiu-no-centro-do-recife/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

PUNTONI, Pedro. No tempo dos flamengos: memória e imaginação. *In*: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). *Brasil holandês história, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 31–44.

RABINO e a Memória. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 268, p. 15, 2000.

RECIFE holandesa. 11 dez. 2019. *HistóriaZine*. Disponível em: <https://www.historiazine.com/2019/12/a-recife-holandesa.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

RIBEMBOIM, Jacques. Um Forte Sobre As Águas. [s. d.]. Forte do Picão. Disponível em: <https://fortedopicao.com/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SCHAMA, Simon. *O DESCONFORTO DA RIQUEZA: a cultura holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEN, Amartya. Comportamento Econômico e Sentimentos Morais. *Revista Lua Nova*, n. 25, 1992.

SICHELERO, Guilherme Giotti. Considerações sobre o capitalismo comercial na Holanda. [S. l.: s. n.], 2021.

SILVA, Leonardo Dantas. BRASIL HOLANDÊS: Os caminhos do conhecimento. *In*: GALINDO, Marcos; GALINDO, Marcos (orgs.). *GUIA de fontes para a história do Brasil holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. X–XLIII.

SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2a ed. rev. e ampl. Recife: Caleidoscópio, 2011.

SILVA, Leonardo Dantas. O Arrecife dos navios. 3 out. 2004. NE10. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/entretenimento/turismo/noticia/2004/03/10/o-arrecife-dos-navios-57355.php>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVA, M. Lira. Os fundamentos do liberalismo clássico. *Aurora*, Marília, v. 5, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1710>.

SOLANKI, Mina. A brief history of Dutch cheese a.k.a. kaas. 29 out. 2017. IAMEXPAT. Disponível em: <https://www.iamexpat.nl/lifestyle/lifestyle-news/brief-history-dutch-cheese-aka-kaas#:~:text=Although%20Dutch%20cheese%20was%20already,of%20cheese%2C%20and%20rightly%20so>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SOUZA, George Félix Cabral de. O Instituto Arqueológico e os estudos sobre o Brasil Holandês. *In*:

VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). *Brasil Holandês história, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 255–277.

STEPHENS, H. Morse. *The story of the nations: Portugal*. Nova York: G. P Putnam's Sons, 1903.

TAVARES, Vitor. Especialistas analisam legado deixado pelos holandeses em Pernambuco. 2015. G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/especialistas-analisam-legado-deixado-pelos-holandeses-em-pernambuco.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VAINSENER, Semira Adler. Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Recife, PE). 2003. *In: Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em:

<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/igreja-de-nossa-senhora-do-pilar-recife-pe/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

VERGUEIRO, Carlos Eduardo. As bolsas de valores como um fenômeno comercial. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo*, v. 98, p. 209–220, 1 jan. 2003.

VIANA, Hermógenes. *A Fundação do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1959.

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1960.

ZISMAN, Chaia. *O espelho*. [S. l.]: 7 Letras, 2006.